

---

---

# Política



1 9 3 0

---

---

ANO II

N.º 13

REDACTORES } *F. P. Dutra Faria* (F. L. U. L.) } por  
                  } *Domingos Mascarenhas e Silva* (F. D. U. L.) } Lisboa  
                  } *J. M. Miranda da Rocha* (F. D. U. C.) por Coimbra

ADMINISTRADORES } *Valentino de Sá* (F. M. U. L.)  
                          } *Francisco Galvão* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Antonio de Souza Rego*

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.<sup>a</sup> (Em organização)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.<sup>o</sup>

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Lusitania — Rua do Sol a Santa Catarina, 40 — LISBOA

---

## SUMARIO

Pina Manique e a sua obra . . . . .	<i>Luís CHAVES</i>
Do Nacionalismo . . . . .	<i>António M. do AMARAL PIRRAIT</i>
Floresta de enganos . . . . .	<i>Abrantes TAVARES</i>
Música Portuguesa . . . . .	<i>G. M. GOMES</i>
«Pátria Nova» . . . . .	
Política académica . . . . .	

---

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e ilhas . . . . .	10\$00
Provincias Ultramarinas . . . . .	15\$00
Estrangeiro . . . . .	20\$00

Numero avulso 2\$00

---

ESTE NUMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

# Politica

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DAS JUNTAS ESCOLARES DE LISBOA, COIMBRA E PORTO  
DO INTEGRALISMO LUSITANO

Redactor principal — Antonio do Amaral Pymat (P. D. U. L.)

---

Lisboa, 30 de Junho de 1930

---

## PINA MANIQUE E A SUA OBRA

A obra do Intendente Geral da Policia, Diogo Inácio de Pina Manique, foi norteada pelo bem público. A sua vontade de ferro, a consciencia da missão que lhe cumpria consoante ao cargo, os meios de acção ao alcance, fizeram d'ele um exemplar modelo dos servidores do Estado. Servir é sacrificar tudo. E quem sacrificou tudo por desempenhar, no sentido de com o Estado ou através do Estado servir a nação, os mais crús e ingratos deveres inerentes, serviu bem.

Com os recursos de que dispunha, foi de uma actividade enérgica. Assistência, Instrução, Higiene, obras públicas, segurança, colonização, a todos estes ramos do serviço público se dedicou, e em todos viu a necessidade e a execução.

Compreendeu que o Intendente Geral da Policia tinha mais alta missão que a de manter a ordem pública nas ruas. A melhor tarefa era de boa policia dos costumes, impedindo o crime, coaccionando delinquentes, exterminando focos de infecção moral, prevenindo surpresas. Para isso dava a mão aos que precisavam de socorro, quer fisico, mental, ou moral. Para isso perseguia quantos, nacionais ou estrangeiros, tentassem quebrar a unidade e continuidade da Nação, dando causa à desgraça pública pelo crime da lesa-nacionalidade.

Ao passo que perseguia os criminosos contra o interesse público, — res pública, protegia aquêles que, pelo seu espirito e pela situação pessoal, lhe mereciam.

Se, como censura o autor anónimo da *Historia de El-Rei D. João Sexto* (vertida do francez pelo tradutor da Cartilha do Bom Cidadão), «de sua plena autoridade deportava qualquer pessoa, bem que per-

tencesse às mais decentes famílias, tanto para a Índia, como para a Africa ou Brazil» (p. 36), criava institutos de educação e ensino a orfãos e crianças vadias, casas de correção para mulheres e homens, distribuia rações e remédios aos necessitados.

A comparação da obra do Intendente nestes dois extremos, — violência na repressão, piedade no auxilio, — define a ténpera do homem público.

Não destruiu para obter a consolação de destruir. Destruiu para construir. Quem perseguiu ele? Os que a Nação accusava de franceses, afrancesados, maçons e pedreiros-livres. Enganou-se às vezes nas vítimas da perseguição? Contem-se os enganos pelos acertos, e verifica-se a conclusão. Ele sabia que uns encobriam outros; e assim caía a sorte sobre o encobridor e o encoberto, norma jurídica inatacável, principalmente quando se encara o objectivo e se reconhece a essência solidária da sociedade contemporânea, de alto conceito ou sentido colectivista.

Destruiu lojas maçónicas; expulsou estrangeiros indesejáveis; descobriu infiltrações políticas de França na visita dos emissarios do Grão-Mestre de Orleans a Lisboa; vigiava os estrangeiros no Café dos Remolares e na Praça do Comércio; embaraçou a propaganda e contrabando de guerra, em favor de França, exercidos pelos representantes diplomaticos da América-do-Norte, Suécia e Austria; apreendia livros de leitura perigosa para a paz social; perseguiu os académicos que se serviam da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da sua posição intelectual para prejudicar a obra de saneamento e defesa. O Duque de Lafões, Correia da Serra, Filinto Ellisio, Avelar Brotero, sofreram os ataques de mastim de guarda, fiel, leal, honesto, que era Pina Manique.

Que culpa tinha ele de que esses homens, aliás altos espiritos, não tivessem porque o eram, a alta noção das conveniencias nacionaes? Em primeiro lugar está o interesse da Nação, — da Nação com seus defeitos e virtudes, mas caracteristicamente ella, — depois o mais e subalterno. E Manique esse é o maior elogio, corroborado pelo seu detractor anónimo de que fiz menção, nem se dobrava perante os poderosos. Maior é o erro dos que mais alto andam, quando erram. Manique atingia-os, sem lhes perdoar. Perante o interesse público, eram todos para elle democraticamente iguaes. Lafões era tenente-general do exército e tio da Rainha D. Maria I; o arcebispo de Teulónica era confessor da Rainha; D. José era o Príncipe herdeiro, filho de D. José; a Academia era um prolongamento da corte; todavia o Intendente lutava com todos em defesa do alto sentido nacional.

Malheiro Dias em *O Grande Capitulo* romantiza a luta heroica deste homem contra a nobreza de Portugal, empenhada em desfazer-se dele, que era a única força viva, a contrariar o desportuguesamento do escol social.

O homem de leis, formado em Coimbra, o contador de fazenda,

o desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, o Fiscal da Junta da Administração da Companhia de Paraíba e Pernambuco, o Administrador das alfândegas, que de 1780 a 1800 renderam mais 64.049,2548073 réis que nos vinte anos anteriores, teria sido Intendente Geral da Polícia, só por exercer violências ou enriquecer à custa dos fundos da polícia?

Como é fácil conspirar a vida e as intenções dos servidores do Estado! E como é fácil crêr-se na calúnia! Pois o anónimo da *História de D. João Sexto* afirmou que na sua extensiva acção «achava Manique duas vantagens; por um lado ostentava de zeloso patriota, protector das artes e da indústria; e por outro subtraía-se a qualquer exame sobre o emprego dos fundos, em consequência do que ponde deixar a seu filho uma das mais ricas casas de Portugal» (p. 34).

«Magistrado ignorante», lhe chama êle (p. 32), e no entanto, caso curioso, fex o que faz hoje um estadista, conscio do seu papel, sabedor dos meios para obter o objectivo, empreendedor de iniciativa para beneficiar com justiça o progresso do seu país.

Na assistência pública serviu o auxilio ao corpo e ao espirito, na comprehensão da *mens sana in corpore sano* que constitue hoje o lema da educação racional. Para isso:

— reformou a instituição das rodas dos expostos, para melhor proteger as crianças abandonadas;

— distribuía quinhetas rações a antigos soldados, impossibilitados de angariar a sua subsistência, auxilio congénere do que pretende a Liga dos Combatentes da Grande Guerra;

— criou um laboratório pharmaceutico, destinado a fornecer remédios gratuitos aos pobres;

— instituiu recolhimentos de órfãos no Colégio de Santo António, onde chegou a ter cento e noventa rapazes e da Rainha Santa Isabel, duzentas e vinte raparigas desamparadas;

— no colégio do Castelo de S. Jorge recolhia e educava à custa da Intendencia as crianças vadias;

— fundou casas de correcção para mulheres, para libertinos, e para mendigos dos dois sexos.

A instrução teve nele disvelado protector. Fundou em Lisboa a Escola do Castelo ou Casa Pia do Castelo, os colégios de S. Lucas em Lisboa e Coimbra, aquelle com cento e cincoenta rapazes e êste com oitenta e quatro.

No relatório do Decreto n.º 5.029 de 1 de Dezembro de 1918, da organização do ensino industrial e commercial, lê-se: — «Pina Manique teve a noção clara do valor do ensino técnico, que organizou introduzindo o trabalho manual nas escolas primárias e o ensino da industria na Casa Pia de Lisboa, mas a sua bela obra a breve trecho decalou.» (João Alberto Pereira de Azevedo Neves).

As artes reduziam-se. A Escola do Intendente foi o renascimento da Academia do Nu, a S. José, onde ensinavam os melhores artistas

da época: Machado de Castro, Carneiro da Silva, Joaquim Manuel da Rocha, Vieira Lusitano. Esta escola funcionou a princípio na própria casa do Intendente, aos Anjos, e passou depois para a biblioteca do Convento de S. Ovídio de Lellia, ou dos Camillos na área ocupada pela Praça da Figueira.

A Casa Pia ensinava o desenho entre o mais, era a Escola de Desenho do Castelo ou só Escola de Desenho, que durou até 1807, primeira invasão francesa. Fê-lo para que da Casa Pia não só saíssem «manufatores» mas também artistas, na informação preciosa das *Memórias de Wolkmar Machado* (p. 25). De 1781 a 1785 corre o período de fundação destes institutos de Belas-Artes, desde que criou a Casa Pia até a Academia Portuguesa de Roma, o Colégio de Roma, para onde eram mandados os mais hábeis alunos, e onde estiveram Sequeira e Vieira Portuense.

Para Londres e Edimburgo mandava estudantes de cirurgia. No Colégio de Artes e Officinas, em Coimbra, sustentava desolito religiosos de S. João de Deus no estado de sciências naturais.

Nas obras públicas abriu as estradas do serviço de Lisboa. Ajuda-Queiluz, Pátavã-Porcalhota, removeu a de Santarem-Alverca arborizou-as, dispôs à margem de muitas outras estacas de oliveiras. Criou a iluminação pública; para esse fim pediu fundos ao Marquês de Angeja, Ministro do Reino; dispôs que cada funileiro fizesse seis candieiros, e cada habitante das ruas iluminadas fosse tributado em 100 réis; desta forma, Lisboa conseguiu 770 candieiros, no ano de 1770, embora dois anos depois se apagassem por o govêrno ter cortado a verba de vinte contos, concedida pelo Marquês de Angeja ao Intendente.

Com os seus quadrilheiros perseguiu a ladroagem e o contrabando. A soldadagem, não paga em dia, causava distúrbios; o Intendente reclamou providências do Comandante em chefe do Exército, de quem as não obteve. Então propôs-se criar e criou um corpo de policia a pé e a cavalo, com boa organização e homens disciplinados, decididos, fieis. Lisboa ficou livre das matulas que a jornadeavam de noite em batuques de guerra. Excitou a segurança postal, para o que elle conseguiu criar o registo da correspondência official (1780).

Não lhe passou, no seu plano geral de Intendente que hoje faria sorrir e de pesar os próceres, a necessidade urgente de solucionar a crise demográfica do Sul, para a qual desde os começos do Reino tantas tentativas se têm feito. Para isso mandou vir dos Açores quatrocentas e cinquenta familias, com duas mil e trinta e três pessoas de ambos os sexos. Distribuiu essa gente como colonos por Setubal, Evora, Portalegre, Beja e Ourique; forneceu lhes terras e alfaiá agricola, para se fixar no campo e obter o rendimento económico em vista.

Depois desta rápida resenha de serviços reais, prestados ao país, veja-se a justiça do anónimo já citado umas vezes: «nunca em monarchia alguma se viu pois um tão odioso despotismo, exercido im-

punemente, durante tantos anos por um empregado subalterno?» (p. 86).

Deste «despotismo» que resta? Um exemplo, que a defesa contemporânea das nações veio comprovar. A *Casa Pia* de Lisboa, hoje no mosteiro dos Jerónimos, com a iniciativa do ensino industrial e do trabalho físico. O resultado artístico das suas pinturas e artistas. O exemplo das casas de *correção e ensino*, para crianças e adultos. As iniciativas da *iluminação de Lisboa*, embora só definitivamente estabelecida no Ministério de Rodrigo de Sousa, do *Corpo de Polícia* da capital, e do *registo de correspondência*.

Um homem que tais serviços prestou, não pode ser depreciado por espírito de facção, aliás desviado do seu campo e do seu objectivo. Bastaria para nos levar em seu favor a exigência violenta de Napoleão, reclamando que fosse demitido o Intendente que cumpria o seu dever de Intendente e Português, perseguindo Matheson de Curnieu, protegido de Lannes, então embaixador de França em Lisboa.

Por esse homem, que só teve o defeito de surgir tarde demais, e a culpa não foi sua, eu tenho a máxima simpatia de português e de nacionalista, que vê nos homens públicos mais alguma coisa que um boneco de corda, no desempenho das suas funções ao serviço da Nação. Ainda é dos homens que marcam no sec. XVIII.

Luiz CHAVES

---

## 1.º SALÃO DOS INDEPENDENTES

Por absoluta falta de espaço, fomos forçados a adiar para o próximo número a nossa crítica ao 1.º Salão dos Independentes.

Pelo mesmo imperioso motivo fomos também forçados a retirar deste numero o Boletim do Integralismo Lusitano.

---

### Um livro que todo o integralista deve ler e divulgar :

L. de Poncins — Les Forces Secrètes de la Revolution (Fr., M.,  
— Judaïsme) — Éditions Bonard  
— 140, Bd. St — Germain - Paris

Pedidos a qualquer livraria ou  
à administração da «Politica»  
que o envia contra reembolso  
— Preço 20\$00.

### Uma revista que todo o integralista deve assinar

La Revue International des Sociétés Secrètes  
— 8 Avenue Portalis — Paris — VIII —

# DO NACIONALISMO

○ viver dos homens acompanhando no decurso dos séculos as diversas transformações sociais e políticas da história, gerou graças aos instintos naturais do amor da terra e do sentimento da raça, o particularismo das grandes famílias humanas cuja diferenciação em progressivo aumento, tornou realidade e crença superior e perfeitíssima da nação.

O respeito dos interesses da nação no resolver dos problemas sociais e económicos, tal é na hora presente o verdadeiro sentido da palavra nacionalismo.

Representando a lógica preocupação de fazer obedecidas as leis da natureza, condicionando na sua aplicação, as necessidades da época, o nacionalismo não carece da defesa de ninguém, e se não fora a meia dúzia de obscuros que toima em negar-lhe razão de existência, defendendo teorias de um internacionalismo anti-natural, desnecessário seria, falar do tão conhecido assunto.

A justificação fácil e completa do nacionalismo encontra-se na natureza e alcança-se com a razão.

Foi o natural fluir dos acontecimentos históricos, que distinguiu uns povos dos outros, e ergueu entre eles um trabalho constante, vagaroso de séculos, as intransponíveis barreiras da raça, da língua, do sentimento e do costume.

Não tiveram os homens consciência da formação das lindes óticas e geográficas que mais tarde os dividiram.

Formou-as a natureza independentemente da vontade e intenção dos indivíduos que só vieram ao conhecimento da realidade nacional no momento em que, membros duma nação já formada, constataram entre si a comunidade de aspirações e interesses que caracteriza o sentimento da pátria.

Outra da natureza, para nós que temos Fé, obra de Deus, as pátrias foram no passado como são ainda no presente uma das primeiras condições do progresso e da civilização da humanidade.

A "bellum omnium contra omnes" da tradição, única força geradora do trabalho na forma social primitiva, substituiu-se com o andar dos tempos e aperfeiçoamento das condições de vida, a competição pacífica da energia individual tornada possível pela intervenção coactiva das regras de Direito.

De facto, foi a coacção física a primeira determinante do trabalho do homem que obediente à lei do menor esforço, só fez violência sobre si na consideração e no médo das iras do adversário, forte, que mandava.

A existência do poder organizado impõe à sociedade o respeito das regras elementares da vida, na concretização dos preceitos



de moral e de justiça emanados da razão humana, proterendo os direitos do fraco em face da prepotência do forte, se transformou o trabalho escravo, no trabalho livre que dignifica e honra, não conseguiu contudo afastar da organização social as idéas da necessidade e da força porque em última análise o progresso da sociologia, resumiu-se na substituição da coacção física pela coacção económica.

O trabalho no seu moderno e superior conceito, — dispendio de energia sem recompensa imediata, — não seria possível sem a existência da ordem jurídica que garante ao individuo a certeza de poder receber e gozar a recompensa do seu trabalho, mas se não fossem as necessidades impostas pela natureza e a coacção da concorrência que os homens entre si realizam, não teria o mesmo trabalho, titulo porque justificasse a existência.

Só a lei de menor esforço nos pode explicar a evolução social: a coacção mútua do individuo gerou o aperfeiçoamento colectivo.

O severo pensamento de Nietzsche maravilhosamente interpretado por Georges Valois muito se deve aproximar da realidade do fenómeno da civilização. O aparecimento do homem forte, do homem que primeiro teve vontade, a hesitação e desconfiança dos primeiros que obedeceram, convertida em decisão, pela constatação dos perigos da rebeldia em face das extraordinarias vantagens da obediência, a luta entre os chefes movendo-os à continua preocupação do desenvolvimento e prosperidade dos seus grupos, procurando pelo trabalho evitar o maior esforço duma guerra: — eis os grandes tópicos da história da civilização inspirada na triste verdade da indolência humana.

Mudadas as condições de vida, formadas pelo aglomerar e desenvolver das familias as diferentes raças e nações, o mundo progride orientado na obediência das mesmas leis da necessidade e do mínimo esforço, embora profundamente se tenham modificado as circunstâncias e o meio, em que ellas actuam. A' competição individual determinante do trabalho e do consequente progresso da nação, justapõe-se hoje a competição internacional em que as nações, semelhantemente aos primeiros homens travam luta, num verdadeiro concurso de energia, — motivo do progresso do mundo.

O fim dessa grande luta de raças e de pátrias terminará infalivelmente pela vitória da mais forte, daquela que possa desenvolver maior trabalho e energia.

Fôrça na luta, fôrça no trabalho — tais as duas ordens diferentes de energia que as nações são chamadas a dispendir neste concurso gigantesco, supremo pleitear de valores, testemunho da Inteligência Infinita do Creador que no plano da Creação, dispoz que o homem em demanda do maior descanso, fôsse levado ao dispendio máximo de esforço.

A guerra, luta armada ou luta económica, sendo a actualização das condições primitivas do progresso, constitue uma exigência da natureza que não só a impõe como necessária à civilização da huma-

nidade, mas também ao aperfeiçoamento da raça — o vencedor será o forte.

Nada ganhou o mundo, com a forma nova que nos tempos modernos a guerra reveste: a guerra do operário, em nada leva vantagem à guerra do soldado.

Diferentes meios de combater mas idênticas conseqüências. Se aos milhões se contiam os sacrificados no campo de batalha, milhões serão também os que sucumbem vítimas da concorrência econômica.

O trabalho é no mundo de hoje uma condição de vida para o homem. A vida exige violência — dispêndio de energia. Quando essa energia se não gasta, surge a morte, como conseqüência inevitável. A' luta substituiu-se o trabalho.

A lei continua sendo a mesma. Lei dos homens e também a lei das nações. Estas semelhantemente àquelas adquiriram pela luta razão e direito à existência e só pelo trabalho poderão desenvolver as actividades necessárias à sua vida, ao seu desenvolvimento e à realização das suas aspirações.

A nação que o não fizer, condena-se à morte, desaparece afogada no desenvolvimento das outras.

Mas para essa energia se gastar, é necessária a possibilidade de o fazer. É essa possibilidade que não existe.

Na hora presente sentem os grandes países os primeiros sintomas duma gravíssima crise de trabalho, cuja única solução será em obediência à lei do menor esforço a absorção dos povos fracos, pelos mais fortes.

A' criação de novas formas de realização e de aplicação da energia, antepõe-se como mais fácil meio de resolver o problema, o domínio econômico das nações decadentes, preparado pela colocação de capitais e consumado pelo envio sistemático de levas de colonos, chamados ao trabalho com prejuizo dos nacionais, condenados à inação e à morte. O pacifismo é uma farça.

É um laço de perfidia armado às demais nações, por aquelas que são poderosas e têm consciência da sua força.

Os povos fracos e ingênuos, captivos de tanta generosidade, confiados na vinda de uma época nova de justiça, de olhos fechados vão à ruína enquanto entre demonstrações de cordialidade e de afecto, veem chegando com os seus produtos, com o seu ouro os capitalistas, os engenheiros, os operários, conquistadores pacíficos, vencedores duma guerra como nenhuma outra, fértil em interesses.

Mais tarde quando os pobres habitantes do país vencido, sem trabalho, a braços com a miséria e com a morte, num derradeiro assomo de energia, buscarem reparar o mal feito, exigindo dos outros o que é seu — então a nação forte virá mais uma vez em nome da *solidariedade e da Justiça* impôr a ordem, garantir os seus legítimos interesses, recorrendo às armas se tanto necessário fôr.

Nações destruídas, milhões de indivíduos sacrificados, o progresso

# FLORESTA DE ENGANOS

**P**OR dever, que não por prazer, vimos de novo ocupar-nos do sr. dr. Fidelino de Figueiredo e das suas notas para um *idearium* que ele pretende seja português, as quais, agora, para efeito de publicidade, se rebelam na letra miudinha do *Notícias*, atiradas ali para o canto da primeira página com seguimento na segunda, de volta com reclamos à margarina inglesa.

Que estranho destino o das pobres idéas,—pobres de criação e conteúdo—dêste conspicuo pensador, assim misturadas, com a gordu-

---

do mundo entravado no seu natural desenvolver, tais são as *felizes* consequências dessa fatal, quasi criminosa propaganda derrotista, que as seitas do mal, alastram pelo mundo.

O nacionalismo lógico, e concreto, confessa estes perigos da competição internacional.

Considera a nação, a sua vida, as exigências do seu desenvolvimento, busca pelo estado na história, o regime político e as instituições que lhe convêm, procura o bom aproveitamento das suas riquezas e a inteligente ocupação da actividade dos seus individuos, no desejo de a fazer forte, capaz de sofrer a concorrência dos outros países, condicionando o progresso do mundo, ao exigir dos seus competidores maior dispendio de intelligência e de energia.

O nacionalismo não é agressivo. Contra o que muitos julgam e mentirosoes ensinam, o nacionalismo na sua applicação longe de provocar a guerra, evita-a, porque fortalecendo as nações, condu-las ao respeito mútuo.

A força dos fortes sempre foi motivo de cobiça a fraqueza dos fracos. E' verdade que não tem contestações.

O nacionalismo é pois, pelo que temos visto a condicionação das leis da natureza: é por elle que as nações são conduzidas à realisação do máximo esforço e que o mundo atinge maior progresso e civilização.

As leis naturais exigem ser cumpridas. Por más que algumas vezes pareçam, é certo que elas são todas necessárias à consecução do bem estar e da felicidade dos homens.

O nacionalismo não considera hipóteses—encara a realidade. Por isso o nacionalismo é a grande verdade da Política.

E' portanto nosso dever acatá-lo, respeitar as suas exigências, e procurar os meios de melhor o realizar.

Fazendo-o, serviremos a nação e serviremos o mundo.

Antonio Maria do AMARAL PYRRAIT

renta margarina inglesa, a melhor das melhores no dizer do reclamante!...

E afinal, quem sabe se sobre a nudez forte das idéas, o manto diáfano da margarina não servirá para que o paciente tenha menos horror à ingestão do sapiente preparado ideológico do sr. dr.!.... Falta-lhe apenas o que é costume acrescentar em casos tais: **não enja, não irrita, não perturba e a criança** rechonchuda estendendo os braços nédios para o remédio ideal. E é que o sr. dr. Fidelino pretende curar-nos, a nós portugueses, de males que não nos deixam avançar um passo na **senda gloriosa do progresso, da cultura e da europeização**. O pior, porém, é que por virtude intrínseca do remédio tam reclamado e de tam seguros resultados, não me parece que S. Ex.<sup>a</sup> possa impigi-lo. Tudo anda desconfiado até os que no Largo das Duas Igrejas costumam apregoar às turbas a excelência do sabão raio, contra as nódoas, até esses, têm dificuldade em fazer o seu negócio, isto está mau para os fabricantes de idéas salvadoras.

Mas vamos ao caso,

Diz o sr. dr. Fidelino que «o horizonte político da vida portuguesa, no momento actual» é «um panorama de equívocos ou, em estuo vicentino uma floresta de enganosa». Dai a razão do título dêste formidável artigo, inserto no Notícias do dia 27 de Maio do ano que, para felicidade nossa, vai correndo.

«No primeiro plano, o parentesis extra-legal, que maus aliados creem indefinido e irresponsável, cerrados os olhos às lições da história, mesmo a peninsular...» ora por partes:

Antes de mais nada vamos a pôr o nome aos bois já que o sr. dr. não quiz.

O parentesis extra legal, a que alude o articulista, é a ditadura militar, a qual maus aliados creem «indefinida e irresponsável»; a lição de história, «mesmo peninsular» é a queda (?) da ditadura espanhola.

Daqui estas profundas conclusões; a ditadura está fora da lei, é uma maneira de governar transitória, e todos nós, abertos os olhos à lição da história, até da peninsular devemos preparar-lhe a cova. A toda esta inútil filosofia política do illustre pensador, se encarregaram de responder os ministros da ditadura e especialmente o dr. Oliveira Salazar, nos já celebres discursos da Sala do Risco.

Sosegue pois o sr. dr. Fidelino, isto anda tudo afinado pelas idéas europeias de S. Ex.<sup>a</sup> «mas o mais estranho não é a despreocupação dos que cooperam nêste parentesis proporcionando-lhe pessoal e filosofias justificadoras. Tal despreocupação produz-se sempre que se pratica o erro, por vezes irreparável, de suspender a estrutura jurídica dum Estado e soltar «espectros» que séculos de civilização haviam jugulado. Essa despreocupação é em grande parte fortalecida pela ideologia de moda, que impeгна o exercicio cívico, contingente, crítico terreníssimo, do imperativo militar e do espirito religioso». Quem serão os cooperadores no parentesis que lhe proporcionam pessoal e filosofias justificadoras? Nem merece a pena investigar. Basta notar que, poucos dias após o triunfo do movi-

mento de 28 de Maio, o sr. dr. Fidelino inundou as livrarias com um opusculo da sua autoria com o titulo inequivoco de «O Pensamento politico do Exército». Que pretendia o sr. dr. Fidelino com semelhante publicação? Justificar o advento da ditadura — e fê-lo sobejamente — e apontar a solução do problema politico português para o que, só dois elementos poud encontrar: o exemplo de Sidónio Pais — poder pessoal, presidencialismo — e a orgânica social defendida pelo Integralismo Lusitano. Aqui nos aparece, pois, o sr. dr. Fidelino como um cooperador, e dos primeiros, do parentesis extra-legal, proporcionando-lhe filosofias justificadoras. E' certo que o sr. dr. Fidelino, em certa altura, mandou recolher apressadamente todos os exemplares do seu opúsculo e passou-os á guilhotina. Porquê? Podiamos dizê-lo, mas... não vale a pena. Registemos apenas o facto: o sr. dr. Fidelino foi dos primeiros que em público justificou a ditadura e lhe forneceu uma filosofia justificadora. Mais ainda. O sr. dr. Fidelino serviu a ditadura num alto cargo que só deixou por razões que estão ainda na memória de todos. Por consequência o sr. dr. Fidelino não só foi um defensor e justificador da ditadura, como ainda um seu servidor. Não lhe forneceu pessoal — talvez o não tivesse — mas forneceu-se a si próprio, o que é infinitivamente mais valioso.

«Todos, aliados e adversários, pensam que do presente entre-acto se sairá para volver ás suas ideologias particulares — aquellas que successivas mutações do scenário politico desmontaram e que successivas decepções logo reabilitaram». E todos aliados e adversários, para o sr. dr. Fidelino, põem o sapatinho na chaminé á espera que o seu respectivo menino Jesus lá venha pôr, para uns o regresso ao que estava antes da ditadura, para outros o que estava antes da república, duvidando-se entre estes se o que estava antes da republica era o que existia em 1910 ou o que existia em 1820. Assim supõe o sr. dr. Fidelino que Portugal **anda de esperanças**. O que vai pelos partidos, perdão, pelos amigos, do sr. Teixeira Gomes, não sei. Dêste lado não, não me consta que algum **anda de esperanças** mas, e é o que vale, para tirar as ilusões dos que ainda esperam, o sr. dr. Fidelino tem estas profundas e esclarecidas palavras: «Isto é uma enfiada de equívocos, porque em história não se regressa...» e ainda repetindo a mesma profunda idéa: «Isto é uma enfiada de equívocos, porque, além da sua geral fisionomia de passadismos de regresso, essas therapeuticas simplistas — as dos esperanças no regresso do que foi — discordam do carácter do século». Pois ainda bem que neste pobre país, tam escarnejado dos seus naturais, ainda bem que aparece um homem tam superior que conseguiu surpreender a enfiada de equívocos a que os destinos de Portugal têm andado amarrados. Felicitemo-nos, por o sr. dr. Fidelino ter prestado á nação este re levantissimo serviço o qual, certamente, completará com a indicação ainda que suméria do edificio novo a levantar sobre os destroços dos equívocos.

Notemos, uma vez mais, que neste arago se amassam e repisam idéas já amassadas e repisadas no livro «Notas para um Idearium». No entanto há já pelo que respecta ao passadismo dos que querem voltar ao

mundo anterior a 1820, uma pequena diferença de apreciação. Enquanto no livro S. Ex.<sup>a</sup> diz, textualmente, a páginas 205 que «o que de bom se contém nêsse passadismo é precisa característica do século: o fortalecimento do poder central e a organização da nação local e corporacionista»; no artigo que estamos comentando diz que «essas therapeuticas simplistas (as do passadismo) discordam do caracter do século».

Como também já havíamos notado, S. Ex.<sup>a</sup> evolui, com aquela brevidade que é característica do avião, do quilômetro de arranque e das corridas de bicicleta. Integrado no ritmo universal que toca as coisas e os homens, S. Ex.<sup>a</sup> evolui com aquela suprema facilidade que é apanágio dos homens sem idéas... fixas e que adoptam aquela posição de renascimento intelectual que S. Ex.<sup>a</sup> tam gloriosamente se arroga. Que desillusão a nossa!... Supunhamo-nos actuais, inteiramente actuais, e para isso também S. Ex.<sup>a</sup> concorreu. Agora, porém já não sabemos bem o que somos; já discordamos do caracter do século!... Não há nada mais elucidativo para dar idéas do cuidado com que ás vezes certos pensadores (?) proclamam alto e bom som as suas conclusões, do que esta rápida evolução do sr. dr. Fidélio.

Vamos agora transcrever o mais essencial da parte propriamente construtiva do artigo.

Depois de repisar as velhas larachas que enchem as «Notas para um Idearium», S. Ex.<sup>a</sup> tem estas tiradas, estupendas de profundez:

«É necessaria essa higienica eliminacão de empecilhos tradicionais, próximos ou longínquos, porque a nova fábrica não pode limitar-se a simples sobrevivencia da situação castrense, legalizando-se a si mesma e justificando-se pelo temor dum bolcheviquismo impossível e pela reacção dum fascismo intransplantável e indesejável». Depois de fazer esta higienica limpeza, S. Ex.<sup>a</sup> lança-se a delinear o novo edificio politico que, fora e sobre os equívocos, deve erguer-se «tem de ser de puro estilo século XX que não é só o arranha-céus o «foot-ball», o modernismo selvagista, é também, senão um estilo integro, uma série de motivos, pelo menos uma decoraçào e proporções novas». Aqui têm os leitores benévoloos que nos tenham acompanhado, o novo e belo edificio politico que S. Ex.<sup>a</sup> nos propõe. Dissemos novo e belo, e não nos arrependemos disso: é novo por ser «estilo século XX» e belo porque, «se não um estilo integro, uma série de motivos, pelo menos uma decoraçào e proporções novas».

Que lhes parece? Naturalmente não entenderam nada, mas não é preciso. Construção nova estilo século XX, eis o que há a fazer para salvar a pátria, as batatas, os alhos, os pepinos, as favas e outras leguminosias.

E agora toca a dormir porque o futuro está garantido e o tempo está quente.

*Alvares TAVARES*

**NOTA FINAL**

O sr. dr. Fidélio mais uma vez lagiu a definir a sua nova (?) orientacão politica. É uma attitude pouco digna, de quem, como S. Ex.<sup>a</sup>, pretende ser um crítico e destruidor. Se andamos enlucidos na cadeia de equívocos, esclareça-nos S. Ex.<sup>a</sup> ao poder, mas lagueo claramente o couro nobreza.

# MUSICA PORTUGUESA

## O NOSSO FOLCLORE

MUITO se tem dito e muito se tem escrito sôbre o folclore português. Uns caluniam-no, ignorando-o, negam a sua existência e a sua beleza incontestáveis; outros conhecem-no e apontam-o como ponto de partida para a criação duma musicalidade nacionalista. Evidentemente que a musica portuguesa — portuguesa, não por ser de autores portugueses, mas por evidenciar a alma do nosso povo — tem que beber naquella fonte a sua inspiração.

E' certo que não possuímos a riqueza folclorica da Hungria ou da Polónia, por exemplo, mas é também certo que não somos felizmente dos mais pobres em musica popular. Percorra-se o País do Minho ao Algarve e em em tôdas as provincias se encontrará esses cantares singelos e encantadores, que o povo cria espontaneamente, apenas com o seu forte poder de gerar beleza e que no Alentejo atinge um tão profundo sentido musical, que por vezes excedem as canções russas, sem dúvida as mais belas de tôdas e aquellas em que a polifonia atinge maior misticismo. E' admirável como o instinto daquella gente rude lhe inspira trechos em que a sobreposição melódica é admiravelmente tratada, como se fossem escritos pelo mais talentoso contrapontista.

E não só pelas nossas provincias deparamos com folclore; na Madeira e principalmente nos Açores, encontramos cantigas igualmente lindas; o que nos falta, e é isso que devemos lamentar, são compositores que utilizem esse folclore para impregnarem as suas obras dum caracter predominantemente nacional. Que até hoje, excluindo Rui Coelho, os nossos compositores têm-se limitado na sua pequena obra, a produzir musica que não consegue vincar o nome da arte portuguesa, precisamente por andar arredia do nosso folclore, do caracter da nossa raça.

Que os nossos artistas se congreguem, que pugnem pela criação da ópera nacional, que produzam sôbre as nossas encantadas lendas e sôbre os episódios da nossa História que admiravelmente se prestam a ser musicadas e que nos sirva de exemplo a fama tam merecida da musica espanhola, desde que Granados e Albeniz foram buscar aos cantos de Espanha a alma da raça de que as suas obras estão tam cheias.

G. M. GOMES.

# «PATRIA NOVA»

É com alvoroçada alegria que comunicamos a todos os nossos amigos que na grande Nação Brasileira surgiu e alastra conquistando as inteligências e as almas um forte e culto movimento reaccionário tendente ao restabelecimento do Império na pessoa de S. A. I. o Sr. D. Pedro Henrique de Bragança. A esse interessante movimento que sob a designação de Pátria novismo vem reintegrar o Brasil na sua altíssima missão Ocidental nos referiremos detalhadamente no próximo número. É seu órgão na imprensa a brilhante revista *Pátria Nova* a quem a *Política* calorosamente saúda e agradece as gentilezas das boas palavras que nos dirige no seu 3.º número e da transcrição dum artigo do nosso camarada Rui d'Almeida.

Explicando o seu aparecimento que se effectou em 15 de Setembro passado, dia do 20.º aniversário de S. A. I. diz o seu primeiro número:

«*Pátria Nova* nasceu duma consciéncia que por muito tempo viveu interrogando-se de si para si a respeito da realidade brasileira e que teve, logicamente, uma conclusão radical violenta e para a mentalidade artificial, em grande parte, do Brasil de hoje:

A PATRIA BRASILEIRA É UMA PATRIA IMPERIAL  
QUE NÃO PODE, DE MODO NENHUM, SER  
REPUBLICA; A REPUBLICA NÃO SÓ NÃO  
PODERÁ RESOLVER OS PROBLEMAS DA NACIO-  
NALIDADE E DO ESTADO MAS TAMBÉM É DIS-  
SOLVENTE, ANTI-NACIONAL, SEPARATISTA.»

E no seu 3.º número *Pátria Nova* afirma:

«... Isto posto não é no Contracto Social, nem nas teorizações abstractas e aprioristas, que irá *Pátria Nova* aprender a guiar-se para de frente com os problemas nacionais e resolve-los. Esquadrinhámos primeiro a realidade nossa, relacionamo-la com os factos universais, e desse observar, relacionar e ponderar é que concluimos sobre as *verdades politicas brasileiras*.

E já concluimos: a nossa existência é uma conclusão, a nossa conclusão é uma attitude.»

A *Pátria Nova* a nossa simpatia e os nossos votos de prosperidades.



# POLITICA ACADÉMICA

## Carta de Coimbra

### António Correia d'Oliveira

Coimbra viveu nos dias 22, 23 de Maio umas horas de elevado espiritualismo. A Academia consagrou o poeta que tão bem soube cantar Portugal e tudo aquilo que é português.

Os estudantes de Coimbra souberam mostrar (nesta época de materialismo, de ódios, de invejas, em que se relegam para o esquecimento os valores morais, em que um individualismo feroz quer espalhar sobre a sociedade as cores rubras e incendiárias do crime e do amiquilamento social) que os seus espíritos pairam bem mais alto, que não deixam de estar atentos ao movimento intelectual português, que nem só as guitarradas, os amores e as noitadas ao luar lhes ocupam o tempo.

Em Coimbra trabalha-se. É um centro intelectual por excelência. É de Coimbra que partem títidas as correntes doutrinárias que percorrem o país e também onde são depuradas muitas delas.

António Correia d'Oliveira, poeta espiritualista que divinalmente tem cantado a Terra portuguesa teve nestes dias uma verdadeira apoteose.

A sua chegada à estação esperavam-no centenas de estudantes uns com balões, outros instrumen-

tos musicais, outros com as suas canções e todos com a sua alegria e o seu entusiasmo.

O Poeta foi recebido em triunfo ao colo dos rapazes que o trouxeram sob uma calorosa e ininterrupta manifestação até à Associação dos Estudantes de Letras onde lhe foram apresentadas as boas vindas.

No dia seguinte foi a consagração solene na sala dos Capelos. A assistência era selecta, o escol intelectual de Coimbra: professores, estudantes, personagens de destaque, etc., etc.

O Doutor Mendes dos Remedios fez o elogio literário do Poeta que foi brilhante e erudito. Falaram depois vários estudantes não podendo deixar passar sem citação uma frase do discurso de Catarino Nunes:

*«esta festa significa muito por Correia d'Oliveira mas quer-me parecer que significa alguma coisa mais: o espirito romocado que traz consigo a certeza duma reacção idealista, intellectual, radicalmente oposta ao brutalismo «post bellum», ao materialismo sem freio do que os uovos querem libertar-se, pois, querem e podem viver mais para o espirito do que para a matéria.»*

O reitor da Universidade pronunciou um elegante e belo discurs-

so, verdadeira peça literária tanto na idéa como no recorte da frase. O Poeta quer agradecer mas a comoção domina-o e as lágrimas continuam a brotar.

O sarau dado pelos estudantes no teatro em honra do Poeta foi novo triunfo. Muitos versos dele foram recitados e cantados e folhe dada uma capa de estudante e uma pasta de quintanista cerimónia que revestiu a maior solemnidade. Antonio Correia d'Oliveira agradeceu tudo num artistico e encantador discurso.

A Academia de Coimbra mais uma vez mostrou que sabe cumprir o seu dever premiando aquelles que com toda a sua alma se dedicam a causa sagrada de um Portugal-Maior, de um Portugal bem português.

Razão tinha o poeta ao dizer no *Auto das Quatro Estações*:

*«A Patria ha-de voltar a nova vida  
Da vida de seus Mortos renascida*

*Ficará toda de pé seu tronco: a Raça*

*toda ficará a Terra em cujo solo  
As raizes fecundissimas abraça.»*

A actual geração coimbrã é caracterisadamente espiritualista e estudiosa sendo uma verdadeira esperança para todos aquelles que de olhos postos em Portugal caminham para o seu ressurgimento.

M. da R.

### Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra 7-6-20 - Na Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra procedeu-se hoje a eleição dos corpos gerentes. Havia três listas sendo uma delas de amigos nossos que foi a vencedora.

Felicita-vos por isso os nossos camaradas eleitos: D. Maria Leonor Antunes, D. Maria Celestina Sequeira, Herculano Rebordão, Julio Catarino Nunes, João da Rocha Calvato, Manuel de Betencourt Galvão.

# ao ritmo da Ampulheta

## VIOLENCIA

Nesta casa ninguém é violento por prazer. Somos violentos porém e cá-la-bomra sempre que o procedimento dos adversários o exige.

Ficam estas palavras como uma explicação que gostosamente queremos dar áquelles nossos adversários que, pela reticção e lealdade com que nos examinam, merecem o nosso respeito... como um aviso a todos os outros.

## ALGUMAS AFRMAÇÕES NA

«SALA DO RISCO» EM 28 DE

MAIO DE 1930

DO MINISTRO DAS FINANÇAS, DR. OLIVEIRA SALGADO:

«Pode afirmar-se que entre os homens que pensam nas coisas publicas em Portugal, se encontram tres posições diversas relativamente a este problema. Confessá-las hei nas tres frases seguintes:

1.ª A Ditadura nada tem que ver com a politica;

2.ª A propria Ditadura é a solução do problema politico;

3.ª A Ditadura deve resolver o problema politico portuguez.

Examinemos pela sua ordem estas tres proposições.

E' sobretudo fora das esferas affectas á Ditadura e entre os seus inimigos que se defende a primeira tese — a Ditadura nada tem que ver com a politica. Segundo estes a Ditadura teria como unico rasão de ser a necessidade de uma obra administrativa; teria como finalidade unica, uma obra administrativa, conciliada a qual nada mais haveria a fazer que restabelecer a ordem constitucional suspensa ou violada desde 28 de Maio de 1926. Quem pensar um pouco nesta attitude mental, desdobra facilmente que ella se aplica sobre dous outros conceitos — um acerca da administração, outro acerca de natureza ou da origem dos males de que soffrera o país.

Na verdade, se a Ditadura só ha de fazer administração e não politica, é que a administração se pode separar da politica. Isto não corresponde á realidade dos factos.

E' apenas verdade que se pode fazer administração fora de toda a politica partidária, mas neste sentido estrito não se há de dizer — *po-de-se*, ha de dizer-se — *dece-se*. (Muitos aplausos). Quando porém se tem em mente a verdadeira, a alta assignação da palavra politica, julgo impossivel fazer-se, sem esta, administração que se imponha e valha. Fora de qualquer expediente, excepção a tem de ser material duma regra, pode afirmar-se que a verdadeira administração tem sempre atraz de si um conceito de Estado, de fidelidade social, de poder publico e suas limitações, de justiça, de riqueza e das funções deusas nas sociedades humanas, que se dizem, uma doutrina economico politica se queira mesmo, uma filosofia. Al dos Governos, molhar, al das povos cujos Governos não podem deffair os principios superiores a que obedecem a administração publica que fazem?

Mas não é este o unico conceito correcto que está na base dos que reconhecem uma Ditadura simplesmente administrativa. O outro é julgar-se que todos os males nacionaes provinhão dos homens a quem estava confiado o cargo do Governo, e que, afastados esses e substituidos por outros estaria resolvido o problema. Reduz-se assim a uma deficiente arrumação partidária uma das mais delicadas e complexas questões nacionaes.

Sua doutrina que, tendo meditado longamente sobre os vícios accidentaes da vida publica portugueza, lançou sobre os homens do passado responsabilidades, ainda que grandes, monstro que as que validamente se lhes attribuem; e nunca pôde compreender que sejam eles mesmos a produzir as atitudes a incompetencia, a desobediencia e a submissão e que mais fundamento se deve supor derivado da vicia de organização social ou deficiencias de formulas politicas.

Daqui deduzo que a Ditadura que governa e que administra, não é, nem pode ser, no campo dos principios ou no das realidades nacionaes, um simples parentesco da vida politica partidária. (A assistência manifesta-se apuando calorosamente).

# a o r i t m o d a

Passemos adiante. A segunda proposição afirma que a Ditadura é de si mesma a solução do problema político. Parece-me que também aqui há erro ou exagero.

Seu defeito que a Ditadura, mesmo considerada apenas como a concentração no executivo do poder do legislador, é uma fórmula política; mas não se pode afirmar que represente a solução definitiva do problema político; ela é essencialmente uma fórmula transitória.

Porque as ditaduras bastam vezes a serem de escasso valor a autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade de reunião e da liberdade de imprensa, confundem muitas Ditaduras e opressão. Não é isto da essência da Ditadura, e compreendida a liberdade (tinha razão para não exacta) como a garantia plena do direito de cada um, a Ditadura pode até sem nenhuma explanação sob esse aspecto teridos regimes democraticamente liberata. Ela é em todo o caso um poder quasi sem fiscalização e este facto faz dela um instrumento delicado que facilmente se gasta e de que facilmente se pode abusar. Por tal motivo não é bom que a si própria se devota a eternidade.

Bastar assim chegados à terceira proposição, unica a sua vez, verdadeira: a Ditadura deve resolver o problema politico português.

Porque há de faz-lo? Porque a experiencia demonstrou que as formulas politicas que temos empregado, plantas exóticas importadas aqui, não nos dão o governo que precisamos, lançamos-nos em contra as outras em lutas estérteis, deliramos-nos em idéas, ao mesmo tempo que a Nação na sua maior parte se mantivera em face de Estado, indifferente, desgozonos e inerte.

Para que há de faz-lo? Para que a sua obra reformadora se não inutilize e se extingue, para que o seu espirito de trabalho e de disciplina se essencial e se propague, para que se crie a mentalidade nova que é indispensavel à regeneração das nossas costumes politicos e administrativos, à ordem social e jurídica, à paz pública, à prosperidade da Nação.

Caso há de faz-lo? Por isso deusa obra educativa que modifique os delictos poli-

cipos da nossa formação, substitua a organização à desorganização actual e integre a Nação, toda a Nação, no Estado, por meio dum novo estatuto constitucional.

DO COMANDANTE RAUL ESTEVES:

«E agora, duas palavras sobre a questão do regime:

— Considero absolutamente inutil V. Ex.<sup>ta</sup> fazerem qualquer afirmação relativa ao regime.

S. Ex.<sup>ta</sup> o Ministro da Guerra, fez aboções, no seu discurso, à questão do regime. Essas afirmações, considero-as absolutamente desnecessarias para nós; para as outras, para os nossos adversarios, são inuteis.

— V. Ex.<sup>ta</sup> sobre, minha bem, que ha-memos como Manuel de Azevedo, Presidente de Castro e Saldanha Paes deitaram de ser republicanos, éles, que o foram sempre. Logo que pretenderam pôr um dique à herda de desmoralização que tinham a confiança das facções partidarias. (Aplaudes).

— Não preciso de pedir licença a ninguém para ser português!

E preciso que acima de tudo, se tenha confiança na lealdade e honra dos cidadãos.

Não iludis ninguém nem se iludem aqueles que se apegaram pela integridade do regime e temem esse perigo... A questão do regime não está em discussão. Muitos dizem que hoje tiramos pela segurança da República eram antigos monarchicos, corruptos e sinceros a, apesar de todos os seus reveses, seriam, talvez, os primeiros a voltar às primitivas convicções, na hipotesis de uma restauração monarchica...»

## O SEU A SEU DONO

A proposição do seu "Estatuto cidadão, do numero n.º 12, pedem-nos o Sr. Francisco Mendes presidente da Direcção da Federação Académica de Lisboa, para fazermos scientes os nossos leitores que não é de sua auctoria e pedem-lhe de presso que no mesmo transcrevemos.

O perpetrador do periodo a que nos referimos foi o Sr. Vasco da Gama Fernandes,

## A m p u l h e t a

que na Federação Académica, preside á Assembléa Geral.

Este último esclarecimento fazmo-lo espontaneamente, assumido será dizer que não foi o Sr. Bezado que só-la salteou.

## PAISES RETRÓGRADOS

Podemos começar para transcrever da «Biblioteca de seu numero de Abril passado, para edificação dos jovens cultos e esotéricos» mais frases, as linhas que seguem:

*Países Retrógrados.* «É de supor que esta gente em Portugal não queira os ordens religiosos para que Portugal se civilisasse logo é, para que pudesse em ditheiros e doçuras de favor analfabeta».

De facto logo que se expulsaram os ordens o dinheiro entrou a ródar e a analfabetismo desapareceu.

É um leuar a Deus!

Vejamos o que se faz noutras nações que persistem em ser retrógradas».

Damos hoje apenas, para não alongar, alguns parágrafos referentes a uma ordem mais visada pelo intolerantismo religioso.

Na Italia, depois da Concordata com a Santa Sé, todos os collegios do ensino secundario da Companhia de Jesus, foram equiparados aos livres, com iguais direitos.

Na Holanda, os exames feitos nos collegios dos Jesuitas são reconhecidos oficialmente válidos e os professores, Jesuitas, recebem do Estado os seus honorarios como qualquer professor de livro em Portugal.

Na França, na Belgica, na Alemanha, na Inglaterra, na Austria, Yugoslavia, Tchecoslovaquia e nas nações latino-americanas os seus collegios são reconhecidos. Na Lituania, o collegio da companhia de Jesus em Kovno, contribui immenso para a analfabetismo.

Será talvez por isso que lá tem o seu filho o presidente da República.

No Brazil, arguido da nossa ligua, o Collegio Archiduca dos Jesuitas em Porto Alegre, foi declarado pelo presidente do Rio Grande do Sul, Góthalo O'Sil (Lison), título que só um collegio pode ter em todo estado; e já em 1918 o collegio de Flavia-

opolis recebeu a mesma distincção do Presidente do Estado de Santa Catarina.

Nos Estados Unidos da America, possui a Companhia de Jesus 32 collegios secundarios, correspondentes a 11 grandes Universidades, tão afortunados que até têm bondades de *Journalists*. Há anos no affluencia do salta sobre de uma doza, foram acionados juntos, arrebos, o seu reitor, o Padre Jesuita, e o Presidente da Republica Taft, reconhecendo fidedigno. A concordancia destes collegios e universidades amareta constantemente. A continuar assim, não tardará que os Estados Unidos sejam completamente analfabeta».

Em Portugal, os meios instalados de cá. Expulsaram os Ordens Religiosos... e toda a gente aprendeu a ler.

## SÃO ELES QUE O DIZEM

Um artigo do Sr. official da administração militar, Vellozo Corroia, antigo ministro democratico das Finanças Portuguezas, no «Diario de Noticias» de sábado, 14:

«Anteriormente á guerra, no tempo da moeda unica, na metropole e nas colonias — praticamente em todo o regime quando na metropole e nas colonias circulava a mesma moeda de prata — faz-se na Africa Occidental Portugueza e duma maneira geral os nossos ultramar todos passados de livro all estado.»

E na entant o não reclamando alicha constituido do Sr. Norton de Matos na Africa Occidental Portugueza se começou depois a bastante depois da guerra? Que diabo faz o Sr. Vellozo, republicano democratico e reitor, de *Journalists* do governo do actual Grão Mestre?

## O GHETTO

## E AS CHAFARICAS VÁRIAS

Dois noticias dos jornais francezes:

«O Congresso de Bardone de S. F. I. O.

# ao ritmo da Ampulheta

—leis-se Sérgio Francisco da Internacional Operária— sempre delegado no Executivo da 2.ª Internacional em Sr. Bracke, Longuet, Renardel, Leon Kilm, Zyrenski e Grumbach.»

Tirando o Sr. Renardel, todos os membros desta delegação francesa são judeus.

O Sr. Longuet que tem nome francês é neto de Karl Marx e judeu como os que o são.

Do «Diário de Notícias» de Lisboa:

«A Associação portuguesa para a Sociedade das nações, sempre Secretário Geral o Sr. Moisés Amizlack.»

## «POLITICA» E A IMPRENSA NACIONALISTA

Do importante semanário hebraico «Notícias da Covilhã» transcrevemos parte das palavras antigas com que criticou e apertelamento do nome n.º 12.

«E' com carinhoso atenção que lemos a erudita colaboração da «Política», se com ela sentimos que renega a própria Pátria, refutando idéas, reavivando tradições, conseguindo substituir por um claro sentido de realidade os cento e tal anos de estranheirismo positivista.»

Ao «Notícias da Covilhã» os nossos agradecimentos e o nosso protesto de boa camaradagem.

## SOLUÇÃO EDITORA

Acaba de publicar-se o n.º 10 desta excelente revista fundada por José Pacheco e actualmente dirigida pelo nosso querido amigo e camarada Rogerio de Figueiredo Braga.

«Solução Editora» é uma revista de publicação de Separatas para a formação de livros.

«Solução Editora» que já nos deu uma *História da Acção Portuguesa* tem em publicação as traduções de «Sanctuario Mariano» de Frei Agostinho de Santa Maria

(seculis XVIII), das «Litteras das gerações seculas deste reino de Portugal», de Portocarrero (1719), e está publicando o «Index das notas de varios taboellos de Lisboa entre os annos de 1599 e 1747» e as «Notas á margem das memórias do Marquão de Fronteira e d'Alorna» de nome prezado amigo e illustre fiscal Sr. D. João d'Almeida.

Com a consciencia de cumprirmos um dever obrigamos para tão nobre revista a attenção dos nossos amigos.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### ESTRANGEIRO

«The Royalist International Herald» — Vol. 1 n.º 2 — Abril 1930 — 94, strand — London W. C. 2.

«Pátria Nova» — Orgão do Centro Monarquista de Cultura Social e Política — numero 1, 2, 3 — R. C. N. 15 — Travessa da H. Itajaky — S. Paulo — Brazil.

«Revista da Faculdade de Filosofia e Letras de S. Paulo» — Redacção e Administração — Rua Ffrench de Alencar 21, — São Paulo — Brazil.

### PORTUGAL

«Brotéria» até ao fasc. V do vol. X — Maio 1930 — R. Eugénio dos Santos, 115 — Lisboa.

«Boletim do Instituto Francês em Portugal» — n.º 1.

«Ode Vicente» — n.ºs 3 e 4 do V volume — R. Iguaç Montu, 87 — Guimarães.

«Estado» n.º 89 — Covaça de Lisboa — ES, Coimbra.

«Solidão Social do Coração do Jemou» — Abril 1930 — Av. da Republica, 84 — Lisboa.

«Viviana» — n.º 27 e 28 — I. S. T. — R. da Boa Vista, 79 — Lisboa.

«Noticias da Covilhã» — Covilhã.

«A Ordem Nova» — Fafe.

«1) Correio» — Celarica da Beira.

«Tras-os-Montes».

«Correio de Coimbra».

## CABRAL SACADURA

Internos de Cirurgia dos Hospitais Civis  
Partos — Sifilis

CONSULTAS

Largo José Fontana, 12-2.º (de 10 horas)

## DR. MARIO CARDIA

Médico dos Hospitais

Doenças das senhoras.  
Partos. Cirurgia

Tratamentos pelo rádio e electricidade  
AVENIDA DOS ALIADOS, 40, 1.º — PORTO  
— TELEPHONE 4907 —

## MIRA DA SILVA

MÉDICO

Avenida Almirante Reis, 57-A, 1.º  
— LISBOA —

## DR. COSTA FELIX

Internos de Cirurgia dos Hospitais Civis  
CONSULTAS

LISBOA: Rua 19 de Outubro, 88 — Tel. 5 2830  
A's 14 Horas

—————  
DAPUNDO: R. Paulo Duarte  
A's 17, 00 H.

Não há CAFÉ como o de

A  
P  
A  
U  
L  
I  
S  
T  
A  
N  
A

A' venda no

Largo de S. Domingos, 12 e 6º  
Av. Fontes Pereira de Melo, 53-53 B

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

Rua Arco da Bandeira, 70, 2.º

TELEPHONE C. 642

----- LISBOA -----

## Martinho Nobre de Melo

ADVOGADO

Rua de Santa Justa, 82, 2.º

Telefone Santa 4962

----- LISBOA -----

## A. Nunes e Silva

Advogado

TELEPHONE CENTRAL 642

Rua Arco Bandeira, 70, 2.º

— LISBOA —

## Dr. Amaral Pyrrait

MÉDICO

Consultório — Rua Anchieta

----- LISBOA -----

## Arthur de Campos Figueira

Advogado

Rua Nova do Almada, 54, 2.º

TELEPHONE CENTRAL 3024

Lisboa

## Antonio J. Freire

Clinica Médica-Psicoterapia

Consultório: Rua de St.ª Justa, 6, 1.º

A's 2.ª, 4.ª e 6.ª — Das 15 às 18 h.

TELEPHONE TRINDADE 3864

Residência: R. da Junqueira, 279, 1.º

TELEPHONE BELEM 487 — LISBOA

## Ferreira Cardoso

Advogado

RUA GARRET, 66, 3.º — TELEPHONE 7. 11

— LISBOA —

## José Guilherme Agala Monteiro

Advogado

Rua dos Invernizos, 72, 3.º D.

TELEPHONE C. 959

